



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DO WORKSHOP DE
LANÇAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DO
SECTOR DA JUSTIÇA**

Díli

16 de Abril de 2009

Sua Excelência Presidente do Tribunal de Recurso

Reverendíssimo Bispo de Baucau

Sua Excelência Representante Especial das Nações Unidas

Suas Excelências Senhores Embaixadores de Portugal, Austrália, Estados Unidos da América e Brasil

Exmos. Senhores Representantes das Organizações Internacionais

Exma. Sra. Procuradora-Geral da República

Exmo. Sr. Provedor dos Direitos Humanos e Justiça

Exma. Ministra da Justiça e Secretários de Estado da Segurança e da Promoção da Igualdade

Senhoras e senhores,

É com muito prazer que participo nesta sessão “Trabalhar juntos para fortalecer a Justiça para os Timorenses” e que agradeço a todos aqueles que irão aqui discutir, durante dois dias, a questão fundamental da Justiça em Timor-Leste.

O desenvolvimento do sector da Justiça é essencial para firmar uma cultura de governação democrática em Timor-Leste. Promover o melhor funcionamento das instituições da Justiça e prestar melhores serviços às populações na área da Justiça, é uma das primeiras obrigações do Estado.

Congratulo, por isso, a realização deste workshop que se constitui como mais um passo para estrategicamente definir uma visão comum para a justiça em Timor-Leste, que, a par do bom funcionamento das instituições e da garantia da segurança e estabilidade nacional, permitirão o desenvolvimento sustentável do País.

Este Governo entende que a melhoria do sistema judiciário de Timor-Leste faz parte de um processo mais amplo da reforma do Estado e de desenvolvimento

económico e social. Justiça que não é célere, eficaz e universal, contribui para um clima de impunidade, enfraquecendo a autoridade democrática do Estado.

É neste sentido que elogio a capacidade de planeamento estratégico como factor fundamental para o desenvolvimento de qualquer sector do Estado e, neste caso específico, o da Justiça. O planeamento torna-se ainda mais essencial quando se pretende alargar os mecanismos e instrumentos da justiça a todos os cidadãos, especialmente aqueles que têm mais dificuldade em aceder ao sistema da justiça.

O acesso à justiça não é ainda uma realidade para todos os timorenses, especialmente nas zonas mais remotas do País, e a nossa justiça tradicional actua por vezes de forma discriminatória, por exemplo contra as mulheres, sendo imperativo alterar esta situação. Um País onde a justiça não é para todos não se pode considerar um País justo.

Senhoras e senhores,

No sector da justiça existe já um elevado grau de integração e coordenação na ajuda internacional, quer no plano multilateral quer no plano bilateral. O lançamento do Plano Estratégico do Sector da Justiça irá permitir que tal harmonia e coordenação entre os parceiros internacionais se consolide, ainda mais, em torno daquilo que são os objectivos estratégicos delineados pelos actores judiciais timorenses para o sector da Justiça.

O Plano Estratégico integrado para o Sector da Justiça pretende, a médio prazo, reforçar alguns sucessos já obtidos na nossa jovem Nação e alcançar novos objectivos estratégicos como, nomeadamente:

- Garantir a independência e qualidade dos órgãos de soberania e o respeito pelo princípio fundamental da separação de poderes;
- Formar quadros timorenses, tarefa fundamental a ser feita de forma sólida e sustentada, o que também ainda requer o apoio de assessorias técnicas internacionais que garantam o trabalho qualificado mais complexo durante estes anos de formação;
- Desenvolver infra-estruturas e equipamentos de Justiça em todo o território;
- Descentralizar os Serviços de Justiça e do Sistema Judiciário como forma de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e também como forma de desenvolvimento humano, social e económico de todo o território.
- Ampliar a coordenação entre PNTL, Ministério da Justiça e Procuradoria-Geral da República no apoio ao desenvolvimento da Investigação Criminal, como factor determinante da melhoria do funcionamento do Sistema Judicial e como factor determinante na garantia dos Direitos Fundamentais dos cidadãos.
- Proceder à modernização e informatização dos Serviços de Justiça, sobretudo na área dos Registos e Notariado, onde urge captar mais apoio técnico qualificado e melhores equipamentos, sobretudo nas áreas do Registo Comercial, Predial e Notariado;
- Implementar todo um pacote legislativo que permitirá proceder à atribuição dos primeiros títulos de propriedade em Timor-Leste. Medida fundamental e que o Ministério da Justiça tem vindo a trabalhar

arduamente para a breve prazo submeter ao Parlamento Nacional a proposta da Lei de Terras e, ao mesmo tempo, desenvolver um vasto pacote de legislação, regulamentação e medidas administrativas e financeiras, que permitam a plena e eficaz implementação da Lei de Terras.

Senhoras e senhores,

Estes são desafios que obrigam ao empenho e envolvimento de todas as instituições timorenses, não só nesta fase de elaboração do plano mas sobretudo na fase da sua implementação.

Para terminar, agradeço o apoio, sobretudo do projecto bilateral da AusAID, mas também do PNUD e das assessorias internacionais, na elaboração deste projecto de elaboração de um Plano Estratégico e Integrado para o sector da Justiça.

Estou confiante que o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido através do Ministério da Justiça, a participação e empenho de todas as instituições da Justiça e, mais uma vez, o continuado apoio dos nossos parceiros em cooperação bilateral e multilateral, permitirão conquistar a causa mais justa a que uma Nação pode aspirar: um sector de Justiça forte e eficaz que responda às necessidades de cada um dos timorenses!

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão

16 de Abril de 2009